



Susana Oliveira Jorge
COORDENADORA

RECINTOS MURADOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Laboratório de Conservação e Restauro
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)

PORTO
COIMBRA

2003

Separata do Livro
Recintos Murados da Pré-história Recente

PORTO-COIMBRA

2003

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS), NO QUADRO DA INVESTIGAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NACIONAL

por

João Luís Cardoso*

Resumo: Neste artigo serão apresentadas e discutidos os seguintes aspectos: 1. História das investigações; 2. Vinte anos de escavações arqueológicas: 1983-2002; 3. Técnicas construtivas; 4. Aspectos institucionais; 5. A publicação científica dos resultados; 6. A recuperação e a valorização da estação arqueológica; 7. A musealização, a animação e a divulgação da estação arqueológica; 8. Conclusões e perspectivas futuras.

Palavras-chave: Leceia; Calcolítico; valorização e divulgação.

Abstract: In this paper the following items will be presented and discussed: 1. History of the research; 2. Twenty years of archaeological excavations: 1983-2002; 3. Techniques of construction; 4. Institutional aspects; 5. The scientific publication of results; 6. the rehabilitation and the valorisation of the archaeological site; 7. Musealisation, promotion and divulgation initiatives; 8. Conclusions and future perspectives of development.

Key-words: Leceia; Chalcolithic; valorisation and divulgation initiatives.

1. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

O povoado pré-histórico de Leceia é conhecido no mundo científico desde 1878, altura em que o General Carlos Ribeiro, pioneiro da Pré-História e da Geologia portuguesas, sobre ele publicou uma extensa e bem documentada memória, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, que pode considerar-se a primeira monografia dedicada a um povoado pré-histórico português.

Apesar de a estação ser, desde então, frequentemente referida em trabalhos da especialidade, tanto em Portugal como no estrangeiro – Leite de Vasconcelos dedicou-lhe, em

* Agregado em Pré-História. Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

1917, artigo publicado nas páginas de “O Arqueólogo Português” com o título expressivo de “Arqueologia liceense” – jamais até ao início da intervenção ali iniciada por iniciativa do signatário, se tinham ali realizado escavações. Apenas Joaquim Fontes publicou, em 1955, os resultados sumários de pequenas valas de prospecção que ali executou, em colaboração com o Escultor Álvaro de Brée, este último durante décadas colecionador de materiais arqueológicos obtidos pelo próprio ou por naturais da região, tal como havia acontecido anteriormente com Abílio Rozeira, na década de 1920; tais foram materiais estudados e publicados pelo signatário em 1980 e 1981, já depois de se ter dedicado à minuciosa prospecção do terreno, realizada em inumeráveis visitas (muitas vezes faltando às aulas no Liceu), desde 1970, ano em que lhe fora oferecida a monografia de Carlos Ribeiro, oferecida pelo próprio a seu trisavô, antigo Ministro e Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o Conselheiro Augusto José da Cunha.

Em inícios de 1983, a área de interesse arqueológico encontrava-se em fase de degradação acelerada. Pouco tempo antes, um dos proprietários tinha aberto, com retroescavadora, numerosas valas para o plantio de árvores; outro, tinha construído um redondel de madeira para touradas, perfurando em numerosos locais o terreno, para a fixação da estacaria; mais grave ainda, a estação corria o risco de desaparecer totalmente, caso fosse aprovado, pela Câmara Municipal de Oeiras um projecto geral de urbanização que viria a afectar a área arqueológica, loteando-a na sua totalidade. Tal facto resultava, em parte, de indefinição oficial da verdadeira área de real interesse arqueológico. Com efeito, dado que jamais ali se haviam feito escavações, o único elemento de trabalho disponível afigurava-se de aplicação, no mínimo, discutível: tratava-se da planta publicada por Carlos Ribeiro, em 1878, na qual se considerava como área arqueológica não apenas a plataforma do moinho da Moura (ou do Pires), mas também toda a extensa cumiada onde se implanta a actual povoação de Leceia, sendo, conseqüentemente, de aplicação irrealista; na verdade, apesar de o povoado pré-histórico de Leceia se encontrar classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 45 327, de 23 de Outubro de 1963, a classificação não tinha sido acompanhada da delimitação da área classificada, contribuindo para indefinição que só prejudicava a efectiva protecção da estação.

2. VINTE ANOS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS: 1983-2002

Importa observar que poucos ou nenhuns arqueólogos acreditavam, nos inícios da década de 1980, na existência de estratigrafias e, muito menos, de estruturas, em Leceia: isso justificou que, não obstante o seu fácil acesso e a boa documentação conservada, tanto no Museu Nacional de Arqueologia, como no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, jamais ali se tenham efectuado trabalhos arqueológicos: para

tal convicção muito terá contribuído a presença, em numerosas áreas da plataforma, de extensos afloramentos de bancadas de calcários duros do Cretácico (Cenomaniano Superior), que constituem a ossatura geológica da plataforma onde se instalou o povoado pré-histórico.

Deste modo, impunha-se proceder a escavações, conducentes, primeiro, à determinação da real importância arqueológica da estação e, depois, caso aquela se confirmasse, à sua efectiva delimitação no terreno. Urgia, além disso, agir com rapidez. A elevada pressão urbanística sentida em toda a área periférica da cidade de Lisboa e a situação criada não se compaginava com atrasos na actuação.

Para o efeito, foi subscrito pelo signatário, em Janeiro de 1983, um Projecto de Investigação ao então IPPC interessando apenas esta estação pré-histórica o qual, uma vez aprovado, permitiu, em Agosto daquele ano, o início dos trabalhos de campo. Nessa primeira campanha, escavou-se uma área de 32 m², que actualmente se situa no núcleo do antigo povoado pré-histórico, entre a segunda e a terceira linha de muralhas. Destes trabalhos, resultou a demonstração, não apenas da existência de estratigrafia, nítida e bem conservada, mas também a sua relação com duas fases de ocupação distintas, caracterizadas pelos respectivos materiais, bem como a presença de estruturas arqueológicas, relacionadas com cada uma delas. Estava, deste modo, demonstrada a efectiva importância científica de Leceia, justificando o alargamento da área escavada, através de uma exploração em extensão, que, vinte anos volvidos de campanhas anualmente efectuadas – em Agosto de 2002 efectuou-se a vigésima e última do ciclo iniciado em 1983 – ascendia a cerca de onze mil metros quadrados.

A realização de tão prolongado programa de trabalhos – um dos mais ambiciosos realizados numa única estação arqueológica em Portugal – permitiu, pela primeira vez em Portugal, a exploração integral de um vasto povoado calcolítico, demonstrando-se deste modo a importância excepcional da estação, tanto do ponto de vista científico como patrimonial, situando-a entre uma das estações mais relevantes para o conhecimento da génese das sociedades complexas calcolíticas peninsulares. Com efeito, identificaram-se quatro fases culturais e cinco fases construtivas, com início no Neolítico Final e *terminus* no Calcolítico Pleno, coincidente, na sua parte final, com a eclosão do “fenómeno” campaniforme. Os resultados desses extensos trabalhos foram apresentados em numerosas publicações, para as quais se remetem os interessados, por não corresponder à temática essencial da presente comunicação (CARDOSO, 1989, 1994, 1997, 2000). A relevância científica da sequência estratigráfica definida – a qual foi possível relacionar por um lado, com a sequência construtiva e, por outro, com o respectivo conteúdo artefactual e com a cronologia absoluta, conferindo-lhe uma dimensão cronológico-cultural de indiscutível relevância, foi, aliás, reconhecida recentemente como “a mais usável da Península”, em recente síntese publicada (2000/2001) na revista *Zephyrus*, da autoria de Victor S. Gonçalves.

Resumidamente, poder-se-á dizer que a primeira fase cultural corresponde ao estabelecimento de um vasto povoado aberto, sobre a plataforma rochosa de Leceia; qualquer que seja o local investigado onde a escavação tenha descido até ao substrato geológico, ocorre uma camada castanho-avermelhada – Camada 4 – directamente assente sobre aquele, com abundantes materiais do Neolítico Final, caracterizados particularmente pelas cerâmicas, onde avultam os característicos recipientes de bordos denteados, as cerâmicas carenadas e, excepcionalmente, cerâmicas decoradas, com motivos plásticos (cordões em relevo, mamilos simbólicos), incisos ou impressos, que podem considerar-se reminiscências do chamado Neolítico Antigo Evolucionado da Estremadura. Associada a esta fase cultural encontra-se apenas uma fase construtiva, representada por pequenos segmentos de muretes rectilíneos, de carácter habitacional; mas a maioria dos materiais encontra-se em posição derivada, preenchendo as zonas mais deprimidas do substrato geológico, onde naturalmente se acumularam. Tal significa que terá existido uma etapa de abandono do povoado, entre os finais do IV milénio a.C. (a ocupação do Neolítico Final corresponde ao último quartel do IV milénio a.C.) e os inícios do III milénio a.C., já que a construção do dispositivo defensivo calcolítico situar-se-á cerca de 2900/2800 a.C.).

Sucedem-se outra camada – a Camada 3 – contrastante com a anterior pela coloração amarelada, resultante provavelmente dos derrubes da parte superior das estruturas defensivas (muralhas e bastiões), bem como, provavelmente, da argamassa que os revestia. Nesta camada de matriz argilosa, abundam materiais cerâmicos característicos do Calcolítico Inicial da Estremadura, com destaque para os bem conhecidos “copos” com decoração canelada e brunida e para as taças, igualmente de excelente acabamento, decoradas por bandas de caneluras paralelas abaixo do bordo. A esta fase cultural, assim claramente definida, tanto estratigráfica como arqueograficamente, correspondem três fases construtivas, respectivamente a segunda a terceira e a quarta fases. Na segunda, assiste-se a construção de um grandioso dispositivo defensivo, articulado em três linhas muralhadas, defendidas e reforçadas exteriormente por bastiões semicirculares, em geral ocos. Tal programa, que terá sido efectuado em curto intervalo de tempo, reflecte uma concepção prévia do que se pretendia efectuar, de acordo com um plano rigorosamente levado à prática. A mesma realidade transparece das duas fases construtivas seguintes, correspondentes a reforços e melhorias introduzidas na eficácia defensiva das construções pré-existentes, correspondentes em geral a alteamentos dos panos de muralha, ou dos bastiões, denunciados pelo alargamento dos respectivos embasamentos. Com efeito, estes sucessivos reforços respeitaram igualmente programas gerais, que interessaram todo o dispositivo defensivo, objecto assim de renovações periódicas e internamente coerentes e articuladas entre si.

A realização de um vasto programa de datações radiocarbónicas, que actualmente se aproxima de quarenta análises, distribuídas pelas diversas camadas arqueológicas

de incidência cultural, permitiu não só identificar tal período de abandono, que não teria excedido algumas dezenas de anos, mas também situar pela primeira vez, com relativa precisão, a transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno cerca de 2600 a.C. (CARDOSO & SOARES, 1995, 1996). Ao Calcolítico Pleno, corresponde a Camada 2, que contrasta fortemente com a anterior: é constituída por numerosos blocos, de múltiplas dimensões, embalados em matriz terrosa anegrada, com abundantíssimos materiais arqueológicos. A presença de blocos nesta camada é fácil de explicar: trata-se de derrubes das estruturas defensivas, quando o desmantelamento atingiu o respectivo embasamento, constituído, ao contrário da parte superior, por alvenaria de blocos argamassados. Formou-se, deste modo, uma espécie de estratigrafia invertida, na qual os depósitos mais fundos e, por conseguinte, os primeiros a depositar-se, provêm da parte mais alta das construções pré-históricas.

Ao nível do espólio arqueológico, destaca-se a cerâmica, que constitui uma vez mais, o melhor elemento diferenciador face ao conjunto do Calcolítico Inicial: com efeito, os copos com decoração brunida e canelada, que caracterizavam este último, só vestigialmente ocorrem. Na maioria dos casos, a sua presença na Camada 2 dever-se-á imputar à dificuldade de separar, em vastas áreas escavadas, pela sua irregularidade, o tecto da Camada 3 da base da Camada 2; mas há sempre que admitir o transporte post-deposicional de materiais e a migração vertical dos mesmos, constituindo outras razões para a presença esporádica de materiais de épocas diferentes, em aparente associação estratigráfica. É interessante registar que as taças caneladas persistem, ainda que com acabamento e decorações mais grosseiras, da mesma forma que os copos, igualmente de feitura mais tosca não deixam de ocorrer, agora com as conhecidas decorações em “crucífera” e em “folha de acácia”, que caracterizam o Calcolítico Pleno da Baixa Estremadura, ainda que com uma distribuição geográfica algo irregular. Por exemplo, são muito escassos em Vila Nova de São Pedro, Azambuja, enquanto noutros povoados próximos são abundantes, como a Pedra do Ouro, no vizinho concelho de Alenquer, conforme os artigos, ambos de 1966, de A. do Paço e de V. Leisner e H. Schubart.

A progressão para Norte destes padrões decorativos é evidente; ultrapassa largamente o paralelo de Vila Nova de São Pedro: vêmo-los insistentemente representados no povoado de Outeiro de São Mamede, Bombarral, cujos materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia se encontram em curso de publicação pelo signatário, de colaboração com J. R. Carreira. É ainda na Camada 2 que o cobre faz a sua aparição, incluindo a respectiva manufactura – como indica a presença de escórias, de pingos de fundição e de lingotes (CARDOSO, 1997; CARDOSO & GUERRA, 1997/1998; CARDOSO & FERNANDES, 1995), numa altura em que o dispositivo defensivo se encontrava já desactivado e em parte arruinado. Esta situação leva a salientar a dicotomia existente entre a aparente pujança económica dos derradeiros habitantes

sediados intramuros e a ausência de necessidades defensivas. Tal realidade prenuncia a opção verificada nos derradeiros momentos calcolíticos e na transição para a Idade do Bronze, pela presença na região, como em outras áreas geográficas do país, de sítios abertos, implantados em encostas, em zonas planas ou no tipo de pequenas colinas que pontuam a região, já caracterizados pela presença de cerâmicas campaniformes.

A importância de Leceia para a discussão do “fenómeno” campaniforme decorre, sobretudo, da existência de duas cabanas de planta elipsoidal cujo embasamento é definido por alinhamentos de blocos irregulares, ambas situadas na área extramuros, adjacentes à primeira linha muralhada (CARDOSO, 1997/1998). São as únicas cabanas campaniformes publicadas até ao presente em Portugal.

A Cabana EN possui um eixo maior com cerca de 5 m de comprimento, fundando-se em camada de derrubes oriundos do desmoronamento da muralha adjacente. No seu interior e exterior imediato, recolheram-se 26 fragmentos decorados todos campaniformes, dos quais apenas 5 pela técnica do pontilhado. O vaso “marítimo” não ocorre, sendo o conjunto constituído somente por formas de carácter regional: taças Palmela de grandes dimensões e de características evoluídas, com lábios desnvolidos, ostentando decorações barrocas; esféricos de colo estrangulado (“garrafas”), grandes caçoilas (“vasos de provisões”) e pequenas taças em calote com decoração junto ao bordo.

A Cabana FM é uma estrutura de maiores dimensões e complexidade; o seu eixo maior atinge 10 m de comprimento e o menor 5 m. Para descarregar o peso da cobertura, que interiormente se não encontrava apoiada em pilares, construiu-se um duplo embasamento de blocos alinhados. A extremidade voltada a ocidente do recinto assim constituído, possuía uma entrada, com duas ombreiras e uma laje colocada transversalmente, formando soleira. O espólio cerâmico decorado era, tal como na cabana anterior exclusivamente constituído por cerâmicas campaniformes: Porém, ao contrário daquela, cerca de 75% das decorações foram obtidas pela técnica do pontilhado, encontrando-se presentes vasos “marítimos” nas duas variantes de bandas e linear, para além de pontilhados geométricos aplicados a vasos e a caçoilas, em geral organizadas em duas zonas distintas, uma abaixo do bordo e outra no bojo, para além de pequenas taças em calote. As taças Palmela ocorrem, tanto com decoração incisa como a pontilhado, possuindo o lábio profusamente decorado, mais desenvolvido nas primeiras. Esta variedade de formas, técnicas e motivos decorativos deve ser salientada, visto corresponder a uma associação de “vida curta”, sendo por isso coevas.

As datações obtidas foram as seguintes:

- Cabana EN – ICEN 1241 (ossos) – 3950 ± 90 BP a qual, depois de calibrada, deu o resultado, a 2 sigma, de 2629-2176 cal a.C.
- Cabana FM – SAC 1317 (ossos) – 4220 ± 50 BP que, dois de calibrada corresponde ao intervalo a 2 sigma, de 2825-2654 cal. a.C.

Estes resultados merecem os seguintes comentários:

1. a maior modernidade da data correspondente à Cabana EN é compatível com a tipologia do correspondente conjunto decorado, onde dominam formas regionais, falta o vaso “marítimo” e a técnica incisa é largamente maioritária;
2. ambas as datas – que nenhuma razão permite de momento rejeitar – mas que convém serem confirmadas por maior número de análises, indicam que a afirmação do fenómeno campaniforme na Estremadura se verificou ainda na primeira metade do III milénio a.C., como, aliás em outras áreas do País, tanto na Beira Alta, como J. C. de Senna-Martinez constatou em artigo de 1994, como no Baixo Alentejo (CARDOSO & SOARES, 1990/1992), sucedendo-se à fase considerada mais antiga, rapidamente, a multiplicação de estilos locais;
3. Admitindo o elevado número e a exclusividade das cerâmicas campaniformes, dentro das cerâmicas decoradas recolhidas nestas duas unidades habitacionais – aliás repletas de restos domésticos, a começar pelos materiais osteológicos utilizados para datação – conclui-se que a sua ocorrência não poderá reportar-se qualquer significado especial, reflectindo o seu carácter sumptuário ou de excepção, ou ainda o alto estatuto social dos seus utilizadores, aliás contrariado pela modéstia das próprias construções e pela sua implantação topográfica, no exterior da área muralhada.
4. Ao contrário, a contemporaneidade evidenciada entre a derradeira ocupação da fortificação – onde as cerâmicas campaniformes ocorrem apenas na parte superior da camada 2, correspondente ao Calcolítico Pleno – e a utilização das duas cabanas em apreço, onde tais cerâmicas, repita-se, constituíam a totalidade dos exemplares decorados, vem colocar de novo a questão do estatuto dos seus produtores e utilizadores primários, partindo do princípio que, a coexistência numa determinada região, de culturas materiais diferentes, podem exprimir realidades culturais igualmente distintas. Por outras palavras, será admissível entrever grupos cultural e socialmente distintos no decurso do III milénio a.C., com base na realidade material reconhecida em Leceia, agora sumariamente descrita? Eis uma questão que convém ver mais detalhadamente discutida.

3. TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Em Leceia, desde cedo se verificou que as técnicas construtivas variavam, com qualidade decrescente, ao longo do tempo. Com efeito, os elementos construtivos que integram as estruturas correspondentes à fase inicial da fortificação calcolítica, caracterizam-se, por vezes, pelo seu enorme volume e peso, correspondendo a blocos

calcários que podem atingir cerca de duas toneladas. Provêm de pedreiras que se situavam na própria área a construir, sendo remobilizados de escassas dezenas de metros, ou mesmo apenas de alguns metros. A sua superfície mostra frequentemente a acção dos agentes meteóricos, comprovando que tais blocos se encontravam expostos na altura do correspondente aproveitamento. Noutros casos, recorreu-se a blocos menores, frequentemente desbastados e regularizados por bojardagem, cuidadosamente colocados em obra e ajustados entre si por uma argamassa margo-carbonatada natural, disponível também no local. Deste modo, a selecção do local de implantação da fortificação poderá ter sido também determinada por esta rara reunião de circunstâncias favoráveis: a disponibilidade de todos os ingredientes necessários a uma construção de excelente qualidade. Nas fases construtivas subsequentes do Calcolítico Inicial – fases 3 e 4 construtivas – a qualidade do aparelho construtivo degradou-se, o que acarretou uma maior irregularidade arquitectónica das estruturas acompanhada por diminuição das respectivas dimensões: tal é o caso de um bastião que, não obstante ter sido construído ao lado de um outro, mais antigo, evidencia uma qualidade construtiva, uma regularidade arquitectónica e um tamanho que contrastam com as características daquele. O mesmo se verifica quanto aos reforços de outras estruturas, efectuados ao longo do Calcolítico Inicial. Observa-se, com efeito, o recurso a blocos de menores dimensões, deficientemente colocados em obra e, pela primeira vez, a utilização de elementos lajiformes, oriundos das bancadas de calcários finamente estratificados que afloram nas imediações, diferentes dos grandes blocos sub-cristalinos e recifais disponíveis, como se disse, na própria área de implantação do povoado pré-histórico.

No Calcolítico Pleno, a tendência para a simplificação das técnicas construtivas acentua-se: nessa época, as construções defensivas já não são sequer reparadas, e muito menos reforçadas, enquanto as unidades habitacionais aproveitam, frequentemente, troços de muralhas ainda de pé. Generaliza-se, então, o recurso às lajes naturais de calcário supra referidas, para com elas se forrarem os pisos das habitações, como as identificadas entre a segunda e a terceira das linhas defensivas.

4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A realidade de se dispor actualmente de uma grande estação arqueológica, na periferia da capital e situada num concelho densamente urbanizado, devidamente protegida e preparada para ser visitada deve-se, em grande parte, à exemplar colaboração desde cedo estabelecida entre o arqueólogo responsável, a autarquia (e a sensibilidade do seu Presidente) e o instituto que tutela a realização dos trabalhos arqueológicos, recentemente cindido em dois, ambos com intervenção nos trabalhos de escavação e valorização por, no caso em apreço, se tratar de um sítio classificado.

Com efeito, a Câmara Municipal de Oeiras empenhou-se, logo no segundo ano em que se realizaram ali escavações (1984), no apoio ao desenvolvimento do Projecto, que se viria a revelar decisivo nos anos subsequentes. À distância de vinte anos, pode hoje afirmar-se seguramente que o êxito alcançado só foi possível com a criação, com o estatuto de Unidade Orgânica, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, por iniciativa do então Presidente da Câmara Municipal, Dr. Isaltino Moraes, em 1988, justificada pelos resultados entretanto obtidos, com destaque para as largas dezenas de milhar de peças recolhidas desde 1983 e que careciam de adequadas condições de estudo, desenho, restauro e arquivo.

Assim, a criação e manutenção do espaço arqueológico de Leceia, enquanto local de interesse cultural aberto à população, cuja iniciativa coube inteiramente ao signatário e à Câmara Municipal de Oeiras, embora apoiados – e bem – pelos sucessivos órgãos da tutela, redundou, em primeiro lugar, em benefício dos próprios munícipes, que passaram a dispôr de um vasto espaço protegido, cuja área ultrapassa os cinco hectares, de inegável interesse para as actividades escolares, de animação cultural ou, simplesmente, de lazer.

No início das escavações, diversas ameaças, já referidas, pesavam sobre a integridade do espaço arqueológico, cuja indefinição cartográfica, como se disse, tornava inviável a aplicação do decreto de classificação de 1963.

A acção prioritária que era a delimitação cartográfica rigorosa da área de efectivo interesse arqueológico, foi concretizada pela Portaria 186/86, de 27 de Agosto, na qual se definiu a zona *non aedificandi*, com a correspondente zona especial de protecção, criada para assegurar o indispensável enquadramento paisagístico do sítio arqueológico; com efeito, importava salvaguardar a individualidade e características da sua implantação no terreno, que decorreu de opções tomadas na época, dentro de uma determinada estratégia de ocupação do território, tendo, por isso, um valor e significado também arqueológicos (arqueologia da paisagem). Depois de publicada a referida Portaria, foi a zona *non aedificandi*, a única de efectivo interesse arqueológico, vedada pela Câmara Municipal de Oeiras, em Novembro de 1985, por uma vedação em rede elástica a todo o seu perímetro. Mas tal vedação não se revelou suficiente, tendo sido, mesmo, alvo de furto. Deste modo, foi decidido instalar vedação definitiva, de ferro, com maior solidez, sobre sapata contínua de betão moldado, a qual se efectivou em Junho de 1996. Estava, deste modo, garantida não só a protecção legal da estação, mas ainda a sua protecção física; esta diferença não é meramente académica. Sabemos de monumentos arqueológicos do aro de Lisboa, classificados até com mais alto estatuto como “Monumentos Nacionais”, como é o caso do dólmen de Casinhos (Loures) que, dos quatro esteios registados em 1961, apenas actualmente se conservam dois deles. Assim, não basta classificar para garantir a protecção dos valores classificados: em zonas onde a pressão urbanística e demográfica é elevada, agravada pela alta sensibi-

lidade e fragilidade das estruturas postas a descoberto pelas escavações importa, também, garantir a sua protecção física, mesmo que para isso se seja obrigado a condicionar o respectivo acesso.

Além da população local que, por ignorância ou atrevimento remexia pedras e danificava estruturas, na mira do “tesouro escondido” – paradigma ainda presente em populações rurais, só recentemente em contacto com a vida citadina – há ainda que ter em conta os curiosos e amadores de fim de semana que delapidam, muitas vezes de uma forma consciente, este tipo de locais, atraídos pela grande quantidade de materiais à superfície, procedendo, mesmo, a pequenas escavações clandestinas.

5. A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DOS RESULTADOS

Nas vinte campanhas anuais de escavações realizadas entre 1983 e 2002, foi posta a descoberto uma área construída de cerca de 11 000 m², correspondentes aproximadamente ao espaço intramuros.

Crê-se que tal área corresponda à mais vasta escavação realizada em um povoado pré-histórico português. Com efeito, só desta forma seria possível conhecer, de uma forma completa e articulada, a arquitectura doméstica e defensiva de um grande povoado calcolítico, bem como a sua própria organização e evolução ao longo dos cerca de mil anos de registos conservados, tanto através da estratigrafia e da sobreposição de estruturas. Nestas, encontram-se bem patentes as remodelações, restauros e reforços, incluindo nalguns casos o total arrasamento e substituição, factos denunciadores de estratégias de defesa e de ocupação diferenciadas, ao longo do tempo, mas sempre segundo planos concebidos antecipadamente, que não são obra do acaso ou das circunstâncias.

Ao longo dos anos, os trabalhos de campo, tiveram suporte em quatro Projectos de Investigação, sucessivamente aprovados pelo IPPC, depois pelo IPPAR, e, finalmente, pelo IPA, a partir de 1998. Tal foi o caso com a aprovação de Projecto de Investigação plurianual “Arqueologia do concelho de Oeiras”, com vigência até 2001, a que se seguiu outro, com o mesmo nome, actualmente em curso, em execução até 2005, altura em que se prevê ter todo o espólio publicado, em sucessivas monografias (de que já se publicaram três, a primeira relativa à indústria de pedra polida; a segunda, dedicada às faunas de grandes mamíferos, incluindo carnívoros e a última referente à malacofauna recolhida), de forma sistemática e completa. Para tal, conta-se, como até agora, com os apoios alocados pela Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos.

Se tal acontecer, como se espera, será a primeira vez que se conseguirá em Portugal e mesmo na Península Ibérica, dispor-se de um povoado integralmente esca-

vado e publicado, envolvendo o esforço de uma equipa pluridisciplinar, inteiramente dedicada a tal objectivo. Este objectivo último não tem inviabilizado, bem pelo contrário, o esforço desenvolvido na publicação de numerosos artigos temáticos, ou obras de síntese, que ascendem já a algumas dezenas, desde o início dos trabalhos de campo (ver anexo).

É, ainda, no âmbito das acções de investigação e de divulgação, que se inscreve a edição pela Câmara Municipal de Oeiras, igualmente através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, de uma série de índole estritamente arqueológica, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, na qual os resultados obtidos das investigações conduzidas em Leceia têm tido publicação privilegiada. Logo em 1991 se editaram dois números da Revista – o primeiro corresponde, não por acaso á edição facsimilada e anotada da memória de Carlos Ribeiro dedicada a Leceia – para, nos anos seguintes, se consolidar tal produção, tendo saído do prelo, em Dezembro de 2002, o décimo volume da série. As largas dezenas de artigos científicos publicados, todos de índole arqueológica bem como a diversidade dos temas abordados, consubstanciam-se em mais de 4000 páginas impressas, fazendo desta revista uma realidade incontornável no panorama editorial português neste domínio. Tal é, aliás, confirmado, pela valia das revistas internacionais com as quais foi estabelecida e mantida permuta: nada menos de 126 títulos periódicos, dos quais apenas 36 portugueses.

No final, apresenta-se as referências bibliográficas de todos os contributos publicados no âmbito do estudo deste povoado pré-histórico, desde que o signatário ali iniciou as suas investigações.

6. A RECUPERAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

O património arqueológico é uma riqueza frágil e não renovável. É necessário que os arqueólogos e os poderes públicos se consciencializem de vez desta realidade e admitam que o seu trabalho e responsabilidades, não só perante quem os financia mas perante os próprios interesses nacionais, não se esgota com a escavação e a respectiva publicação dos resultados. É necessário acabar com o espectáculo degradante de monumentos dolménicos, povoados calcolíticos ou outros bens arqueológicos, que durante milénios estiveram conservados no solo, serem paulatinamente destruídos, esventrados em resultado da incúria daqueles que deveriam ser os primeiros agentes da sua conservação: os arqueólogos que os escavaram. Neste sentido, importa que o cumprimento das medidas de conservação, já impostas aos arqueólogos pela legislação em vigor, sejam por estes cumpridas e avaliadas superiormente, no concernente à sua execução e adequabilidade.

Tendo presente que um dos objectivos finais dos trabalhos encetados em 1983 consistia na escavação integral, seguida da recuperação, deste grande povoado calcolítico fortificado, com vista ao seu usufruto cultural, iniciaram-se em 1988 acções de restauro, consolidação e recuperação das estruturas arqueológicas entretanto postas a descoberto. Os primeiros trabalhos integraram-se numa experiência-piloto, recorrendo a formandos num curso então ministrado em Conímbriga, e tiveram o apoio do então Director do Departamento de Arqueologia do IPPC e da Directora do Museu Monográfico de Conímbriga, que, com tal objectivo, contactaram o signatário. Com efeito, a partir do momento em que as estruturas postas a descoberto atingiram expressão significativa, impunha-se a adopção de tais medidas, com dois objectivos essenciais, a saber:

- assegurar a conservação das estruturas: ao efectuar-se o alteamento dos muros, seguindo técnicas adequadas, cuja apresentação foi objecto de uma comunicação do signatário a edição anterior destas Jornadas (CARDOSO, 1991), contribui-se para a protecção da porção primitiva, posta a descoberto pela escavação. No caso das muralhas e dos muros de Leceia, trata-se de alvenarias de argamassas muito pobres com blocos calcários não aparelhados e de natureza muito heterogénea, altamente sensíveis às acções desagregadoras dos agentes meteóricos, potenciadas por um longo período de enterramento, seguido de uma brusca exposição ao sol, à chuva e ao vento. Assim se compreende que, aos desmoronamentos, provocados pela erosão do ligante argiloso, se somasse a alteração e a fracturação dos referidos elementos construtivos.
- tornar as ruínas mais aliciantes e compreendidas: parte do êxito obtido em algumas – infelizmente ainda muito poucas – estações arqueológicas portuguesas deve-se à simples regra de conservar os espaços arqueológicos nas melhores condições de visita. No caso de Leceia, para além das condições gerais de arranjo e limpeza – o espaço é desmatado duas vezes por ano por brigadas de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras – era imperativo proceder a tais trabalhos de restauro de modo a tornar mais perceptíveis as estruturas postas a descoberto aos olhos dos leigos, que constituem a larga maioria dos visitantes, evidenciando-as dos caos de blocos de onde, anteriormente, mal se divisavam.

Os trabalhos de restauro e conservação iniciados em 1988, prosseguiram até 1993, através de uma empresa constituída pelos formandos do curso supra-citado, sendo custeadas pela Câmara Municipal de Oeiras. Actualmente, a área que mais carecia de tais trabalhos encontra-se completamente recuperada, tendo-se recorrido, para o efeito, aos próprios elementos construtivos oriundos das camadas de derrube onde jaziam.

A separação entre a parte reconstruída e a pré-existente foi realizada através de

pequenos marcadores de cerâmica colocados à face de ambos os paramentos das estruturas, na zona de contacto entre blocos, depois de se terem ensaiado outras alternativas, consideradas menos adequadas: camas de gravilha e marcação por cravação de pernos de bronze na última fiada de blocos originais. Deste modo, ficou garantida, com a indispensável discrição, mas sempre possível de identificar por parte dos mais interessados ou dos profissionais, na actualidade e futuramente, as reconstruções efectuadas, que, em qualquer caso, se consideram de evidente interesse no quadro supra descrito.

7. A MUSEALIZAÇÃO, A ANIMAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

As acções referidas, no âmbito da recuperação da estação arqueológica, foram complementadas no terreno com a organização de circuito de visita constituído por passadeira de madeira. O traçado escolhido privilegiou as zonas mais internas da área escavada, dificilmente acessíveis de outro modo pelos visitantes, evitando, assim, o seu atravessamento pedonal, com os danos consequentes, ainda que inadvertidos, das estruturas arqueológicas.

Por isso, parte daquele circuito teve de ser assente sobre pilares de madeira, ainda que a pequena altura, permitindo a observação directa do terreno em condições adequadas. Neste contexto se insere, igualmente, a recuperação de pequeno moinho, situado na parte mais proeminente da plataforma, datado de 1707. A sua reconstrução, em 1989, permitiu o aproveitamento do espaço interior como pequena zona expositiva e o terraço da cobertura passou a constituir excelente plataforma de visualização de toda a área escavada. Na periferia desta, optou-se por deixar o terreno tal qual se encontrava, sem qualquer outra intervenção que não fosse a sua desmatação periódica e o revestimento com espécies adequadas, uma autóctones, como a oliveira, outras adequadas a ambientes arqueológicos, de cunho mediterrânico, como é o caso do cipreste.

Prevê-se que tais acções se estendam, em futuro próximo, à zona especial de protecção, através da aprovação de plano de pormenor em curso de preparação no Departamento de Projectos Especiais da CMO, para além da construção de uma entrada condigna, com painéis explicativos, tendo o IPPAR já aprovado o respectivo projecto de arquitectura (entretanto inaugurada a 18/11/2003).

Mas, as acções descritas, requeriam e requerem a posse efectiva dos terrenos, pelo menos dos correspondentes à zona *non aedificandi*. Trata-se de processo complexo levado a cabo, desde há vários anos, pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da Câmara Municipal de Oeiras, mas dificultado pelo elevado número de proprietários e seus descendentes. Actualmente, algumas das parcelas são já propriedade municipal,

e de outras, foi requerida pelos donos, a respectiva expropriação, como prevê a legislação em vigor.

A animação cultural do espaço arqueológico, iniciou-se logo que, em 1988, foi criado o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Tal vertente da sua actividade revestiu-se, nos anos subsequentes, de importância crescente, a ponto de constituir, presentemente, uma das suas áreas primordiais de actuação. A estação arqueológica é, anualmente, procurada por mais de mil visitantes, integrados sempre em visitas guiadas no âmbito de actividades escolares de todos os graus de ensino, actividades de sócio-culturais de associações ou grupos profissionais, bem como de programas temáticos organizados pela Câmara Municipal de Oeiras, destinados a vários grupos etários, de residentes no concelho. Bem entendido, para que estas acções se possam efectivar nas melhores condições, é indispensável apresentar o espaço arqueológico limpo e cuidado; tal é garantido em permanência, por funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, que além dessa acção de acompanhamento constante, promovem, através da unidade orgânica com competências na área da salubridade e limpeza, duas grandes campanhas de desmatização da estação por ano.

Complemento indispensável, é a visita à sala de arqueologia, montada em edifício da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, correspondendo a uma exposição monográfica permanente, dedicada ao povoado pré-histórico (incluindo maquetas, fotografias, desenhos e, sobretudo, os mais importantes artefactos encontrados, documentando diversas actividades domésticas e rituais ali desenvolvidas). Com efeito, uma das perguntas legítimas de quem visita o povoado é a do local onde se encontram os materiais e se estes se podem ver: a iniciativa em apreço permitiu colmatar tal lacuna.

Alguns equipamentos são francamente inovadores, com destaque para uma grande maqueta, a maior até ao presente realizada, de grande pormenor, animada por uma sequência de luz e de som, conectados por computador, a primeira no seu género existente em Portugal (projecto da autoria do Eng. Rui Silva e Santos).

Trata-se de espaço museológico que inicialmente foi apresentado, de Julho de 1997 a Fevereiro de 1998, no Museu Nacional de Arqueologia, acompanhado do respectivo catálogo, inaugurando a série de exposições temáticas realizadas ali desde então, em colaboração com diversas autarquias, em consequência dos bons resultados então alcançados. Convém, a propósito, referir que a apresentação pública dos resultados obtidos nas escavações arqueológicas se iniciou, de forma sistemática, logo em Fevereiro de 1987, com uma exposição que esteve patente em Oeiras, no Palácio do Egipto, prosseguindo tal actividade com carácter regular desde então, incluindo palestras em escolas, e a edição de desdobráveis de grande tiragem, já com três edições (1989; 1996 e 2002), para além de programas ou reportagens radiofónicas e televisivas, e de artigos jornalísticos, que ascendem já a várias dezenas, alguns de grande extensão,

e do apoio a estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento no âmbito da preparação das respectivas dissertações ou trabalhos de seminário.

Prevê-se para breve a abertura ao público da estação arqueológica, sem prejuízo da manutenção das visitas guiadas, logo que se encontre terminada a sinalética dos locais mais relevantes e impresso o correspondente guia descritivo.

8. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

À excepcional importância científica do povoado pré-histórico de Leceia, soma-se o seu alto valor patrimonial, sublinhado pela imponência das estruturas postas a descoberto nos vinte ininterruptos anos de escavações arqueológicas ali realizadas. A tal realidade, acresce a sua fácil acessibilidade, a proximidade de grandes vias de comunicação e de importantes aglomerados urbanos, a começar pelos existentes no próprio concelho, cujos habitantes constituem a segunda comunidade portuguesa com rendimento *per capita* mais alto, logo a seguir ao vizinho concelho de Lisboa.

A existência de um público potencial numeroso, informado e exigente, cada vez mais motivado para a “descoberta” do rico património arqueológico português, tantas vezes “ao pé da porta”, público esse que, no caso em apreço, pode ser facilmente multiplicado várias vezes, face à situação vigente – bastaria, para tanto, que o sítio se integrasse nos roteiros de visitas culturais das agências turísticas que operam na área de Lisboa – justifica que às acções de valorização, musealização e divulgação descritas, se adicione, a curto prazo, a aquisição dos terrenos ainda em posse particular, tanto da zona *non aedificandi*, como da zona especial de protecção envolvente. Tais terrenos afiguram-se indispensáveis à construção das necessárias infraestruturas de apoio, cujo estudo prévio se encontra em curso, como atrás se disse (parque de estacionamento, sanitários e zonas de serviços, incluindo espaço museológico próprio), iniciativa cuja sustentabilidade parece ser inquestionável. Trata-se, enfim, de transformar um valor patrimonial com relevantes serviços já prestados à formação e informação, mas por enquanto numa perspectiva limitada de actuação, num pólo de primeira grandeza, tanto qualitativo, como quantitativo, de atracção turístico-cultural a nível regional, gerador até de receitas próprias para a própria povoação actual, susceptíveis de incentivar o desenvolvimento das actividades económicas locais.

ANEXO
BIBLIOGRAFIA RELATIVA AO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA
PRODUZIDA NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDA
PELO SIGNATÁRIO (1975/2003)

LIVROS

1. *O castro de Leceia* (1982). Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 43 p.
2. *Oeiras há 5000 anos. Monografia de Leceia* (1987). Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 24 p. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.
3. *Leceia: resultados das escavações realizadas 1983-1988* (1989). Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
4. *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, número especial (1994). Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 164 p.
5. *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo* (1997). Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
6. *Sítios, pedras e homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras* (2000). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 191 p.

ARTIGOS

7. Flauta, chamariz ou negaça de caça, de osso, encontrada no castro de Leceia (Barcarena). *Bol. Cultural da Junta Distrital de Lisboa* (1975). Lisboa, Série III, 81: 57-63. De col. com O. da Veiga Ferreira.
8. O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a colecção de Álvaro de Brée. *Bol. Soc. Geol. Portugal* (1979). Lisboa, 21 (2/3): 265-273.
9. Análise por fluorescência de Raios X de peças de cobre do castro de Leceia. *Setúbal Arqueológica* (1979). Setúbal, 5: 103-114. De col. com F. Bragança Gil e G. Ferreira.
10. O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 1ª parte. *Revista de Guimarães* (1980). Guimarães, 90: 211-304.
11. O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 2ª parte. *Revista de Guimarães* (1981). Guimarães, 91: 120-233.
12. O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1ª e 2ª campanhas de escavação. *Clio/Arqueologia* (1983/84). Lisboa, 1: 41-68. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.
13. Povoado pré-histórico de Leceia – 1983. *Informação Arqueológica* (1985). Lisboa, 5: 86-87. De col. com Tavares da Silva e J. Soares.
14. O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). *Oeiras – Revista Municipal* (1986). Oeiras, 14: 17-18.
15. Povoado pré-histórico de Leceia – 1984. *Informação Arqueológica* (1986). Lisboa, 6: 55-56. De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.
16. Povoado de Leceia – 3ª campanha. *Informação Arqueológica* (1986). Lisboa, 7: 52-53. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.
17. Povoado de Leceia (Oeiras) – 1986. *Informação Arqueológica* (1987). Lisboa, 8: 46-52.
18. Notas e comentários à reedição de Ribeiro, C. (1978). Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia da estação humana de Licêa. Academia Real das Ciências de Lisboa, 68 p. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1991). Oeiras, 1, 184 p.
19. A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos. O exemplo de Leceia (Oeiras). *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990) (1991). Lisboa: 139-146.

20. Restos humanos do povoado pré-histórico de Leceia. Estudos de Antropologia física. *STOMA – Cadernos de Estomatologia, maxilo-facial e Medicina Dentária* (1991). Lisboa, 20: 7-14. De col. com Delberto de Aguiar e A. Santinho Cunha.
21. O Homem Pré-Histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1991). Oeiras, Câmara Municipal, 2, 85 p.. De col. com A. Santinho Cunha e Delberto de Aguiar.
22. Acerca de um suporte de lareira do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Al-Madán* (1992). Almada, Série II, 1: 23-26.
23. Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica* (1992). Setúbal, 9-10: 229-245. De col. com J. Barros da Costa.
24. Estratégias de ocupação do espaço na área do Concelho de Oeiras, do Paleolítico ao Período Romano: um ensaio. *Actas do I Encontro de História Local do Concelho de Oeiras* (Oeiras, 1991) (1993). Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras: 17-24.
25. Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1993). Oeiras, 4, 126 p. De col. com G. Cardoso.
26. Comentário ao sítio arqueológico de Leceia (Oeiras). In *Lisboa Subterrânea* (1994) (coord. A. M. Arruda). *Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia* (Lisboa, Capital Europeia da Cultura/94). Lisboa, Instituto Português de Museus: 172-173.
27. L'habitat chalcolithique fortifié de Leceia. *Les dossiers de l'Archeologie* (1994). Faton, Quétingny, 198: 10-15.
28. Leceia. *Informação Arqueológica* (1994). Lisboa, 9: 63-64.
29. Viagem ao Passado. In *Retratos de Oeiras* (1994). Publicações DSA. Oeiras: 160-170.
30. Do Paleolítico ao Romano, investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993. *Al-Madán* (1994). Almada, S. II, 3: 59-74.
31. Sobre a existência de cerâmicas impressas e incisas no Neolítico final estremenho. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)* (1994), 2: 69-78. De col. com J. R. Carreira.
32. O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)* (1995). Porto, 5: 115-129.
33. Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado. In *Origens, estruturas e relações das Culturas calcolíticas da Península Ibérica. Actas das Primeiras Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras* (1987). *Trabalhos de Arqueologia* (1995). Lisboa, 7: 159-168. De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.
34. Arqueologia, Turismo e Poder Local: o exemplo do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 341-347.
35. Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 153-164. De col. com F. Braz Fernandes.
36. Ossos de cetáceo utilizados no Calcolítico da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 193-198.
37. Dentes de tubarões miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 199-211. De col. com M. Telles Antunes.
38. Os ídolos falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 213-232.
39. Possíveis pontas de seta calcolíticas de osso do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 233-241.

40. Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 243-249.
41. Símbolos sexuais do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 251-261.
42. Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 263-276. De col. com A. M. Monge Soares.
43. Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1995). Oeiras, 5: 87-96.
44. Contribution d'une série de datations C14, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Calcolithique de l'Estemadura Portugaise. *Actes du Colloque de Périgueux* (1995). *Supplément à la Revue d'Archéométrie* (1996). Rennes: 45-50. De col. com A. M. Monge Soares.
45. A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1996). Oeiras, 6: 47-89. De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.
46. Estatuetas zoomórficas de terracota do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1996). Oeiras, 6: 91-106.
47. Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1996). Oeiras, 6: 107-119.
48. Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1996). Oeiras, 6: 287-299. De col. com J. Norton e J. R. Carreira.
49. A estação pré-histórica do Casal de Barrinhos (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1996). Oeiras, 6: 301-316. De col. com J. R. Carreira e F. P. Lopes.
50. Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português* (1997). Lisboa, Série IV, 8/10 (1990/1992): 203-228. De col. com A. M. Monge Soares.
51. Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura. *Zephyrus* (1997). Salamanca, 50: 249-261.
O povoado do Neolítico Final do Carrascal, Leceia (Oeiras). Notícia preliminar. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1997/1998). Oeiras, 7: 25-33.
52. A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1997/1998). Oeiras, 7: 35-45. De col. com J. Norton.
53. Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1997/1998). Oeiras, 7: 61-88. De col. com M. F. Guerra.
54. A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1997/1998). Oeiras, 7: 89-153.
55. Leceia, paradigma da protecção do património arqueológico no concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1997/1998). Oeiras, 7: 47-59.
56. Política do Património em Oeiras. Ópticas para a sua gestão integrada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1997/1998). Oeiras, 7: 17-23. Também publicado em *Oeiras Municipal* (1998). Oeiras, 56: 61-64.
57. Copper metallurgy and the importance of other raw materials in the context of chalcolithic economic intensification in Portuguese Estremadura. *Journal of Iberian Archaeology* (1998). Porto, 1: 93-105.
58. Do Paleolítico à Idade do Ferro no concelho de Oeiras: percursos da presença humana. *Actas do 1º*

- Ciclo de Estudos Oeirenses* (Oeiras, 1996/1997) (1998). Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras: 31-71.
59. O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras). exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a. C. *O Arqueólogo Português* (1998). Lisboa. Série IV, 16: 97-110.
60. La fin du Chalcolithique et la présence campaniforme dans les basses vallées du Tage et du Sado. In *Stydivm Dilectvm*, Colectânea de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida (1999). Lisboa. Academia Portuguesa da História: 159-183.
61. Leceia, povoado pré-histórico de. *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura* (2001). Editorial Verbo, col. 635-638.
62. The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology* (2000). Oxford. 19 (1): 37-55.
63. O “fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto (2000): Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, 4: 353-380.
64. *Copper Age hill-fort of Leceia*. Livro-Guia 6th. Annual Meeting European Association of Archaeologists (Lisboa, 2000). Lisboa (2000), 29 p.
65. Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1999/2000). 8: 241-323.
66. O Calcolítico da Baixa Estremadura: contributos para um ensaio, a propósito de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1999/2000). 8: 325-353
67. Le phénomène campaniforme dans les basses vallées du Tage et du Sado (Portugal). *Bell Beakers Today*. Colóquio Internacional (Riva del Garda, 1998). Actas. Trento (2001): 139-154.
68. *The Chalcolithic of the Baixa Estremadura. Contributions for an essay, in reference to Leceia (Oeiras)*. Livro Guia Annual Meeting International Commission on the History of Geological Sciences. Lisboa. 2001, 29 p.
69. Análise de alguns fragmentos de artefactos em haste de cervídeo do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): cabos e caixas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2001/2002). 10: 49-76. De col. com C. Salvado.
70. Os esferóides de calcário do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e suas possíveis finalidades. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2001/2002). 10: 77-88.
71. A fauna malacológica encontrada no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo sistemático e respectivo significado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2001/2002). 10: 89-129. De col. com A. Guerreiro.
72. Moedas medievais e modernas achadas nas escavações do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (1999/2000), 8: 431-445. De col. com F. Magro.
73. Achados numismáticos em Leceia (Oeiras) – seu contributo para o conhecimento da História Local. *I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática/V Congresso Nacional de Numismática* (Porto, 2000). Actas (2000). Lisboa: Associação Numismática de Portugal: 233-248. De col. com F. Magro.
74. Centro de Estudos Arqueológicos do concelho de Oeiras (CEACO). Objectivos e actividades. *Centros Históricos – revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico* (2000). Santarém. Série II, 2: 37-38.
75. Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madrider Mitteilungen* (2003). Mainz. 44.
76. Oeiras, o Tejo e o Mar: uma relação ancestral (da Pré-História ao Período Romano). *V Encontro de História Local* (Oeiras, 2001). Actas. Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras, 2003: 27-37.



Fig. 1 – Vista geral da plataforma onde se instalou o povoado pré-histórico de Leceia, tirada de Oeste. Observa-se a muralha da primeira linha defensiva, em primeiro plano, bem como os respectivos bastiões. São ainda visíveis os circuitos de visita, em segundo plano.



Fig. 2 – Vista parcial da sala de arqueologia aberta ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia.

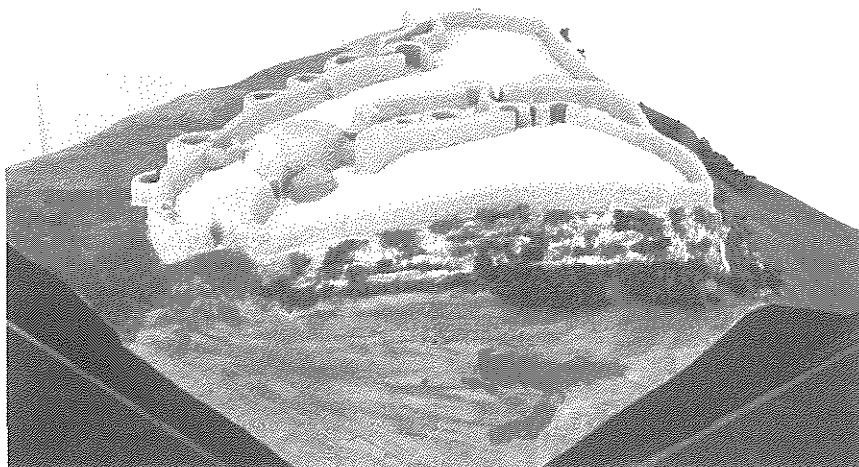


Fig. 3 – Ensaio de reconstituição arquitectónica, à escala de 1/100, do dispositivo defensivo escavado no povoado pré-histórico de Leceia, organizado em três linhas muralhadas. Atente-se na importância da escarpa calcária, que delimita dois dos lados da área fortificada.



Fig. 4 – Pormenor de modelo reduzido, feito à escala de 1/25, da área escavada no povoado pré-histórico de Leceia. Ver Fig. 2.



Fig. 5 – Vista parcial da exposição temporária organizada no Museu Nacional de Arqueologia (Julho de 1997 a Fevereiro de 1998) dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia (foto de Maria José Albuquerque/Adolfo da Silveira Martins, a quem se agradece).

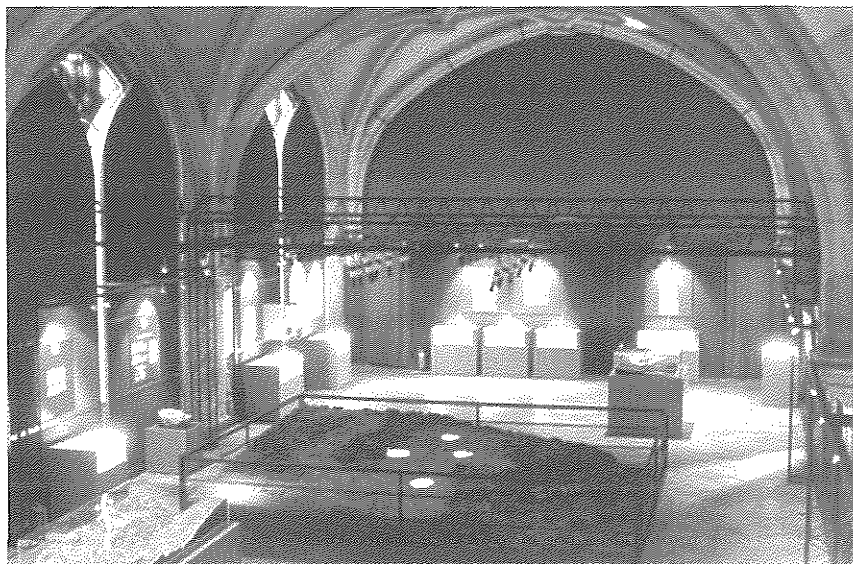


Fig. 6 – Vista parcial da exposição referida na Fig. 5, observando-se o grande modelo reduzido com iluminação própria, de carácter temático, representado nas Figs. 2 e 4 (foto de Maria José Albuquerque/Adolfo da Silveira Martins, a quem se agradece).

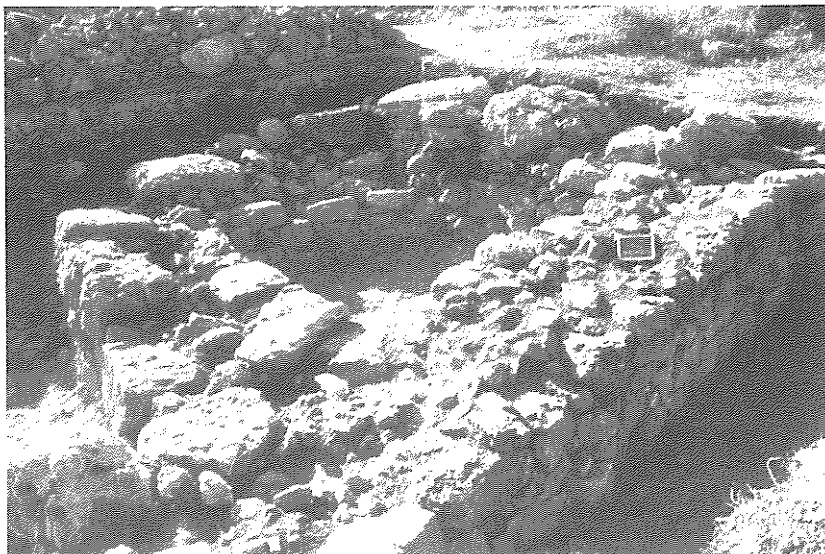


Fig. 7 – Vista de um dos bastiões adossados ao paramento externo da primeira linha defensiva muralhada do povoado pré-histórico de Leceia, observando-se o uso de grandes blocos no muro do bastião e de blocos de menores dimensões no muro da muralha. Os paramentos interno e externo do bastião encontram-se preenchidos por blocos de menores dimensões.

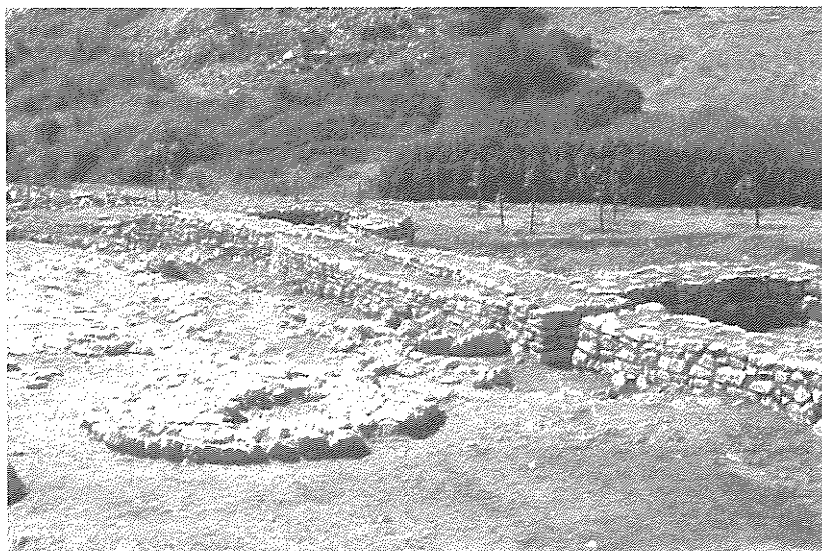


Fig. 8 – Vista parcial da primeira linha defensiva do povoado pré-histórico de Leceia, depois das reconstruções nela realizadas, com recurso aos blocos recolhidos nas camadas dos derrubes correspondentes.

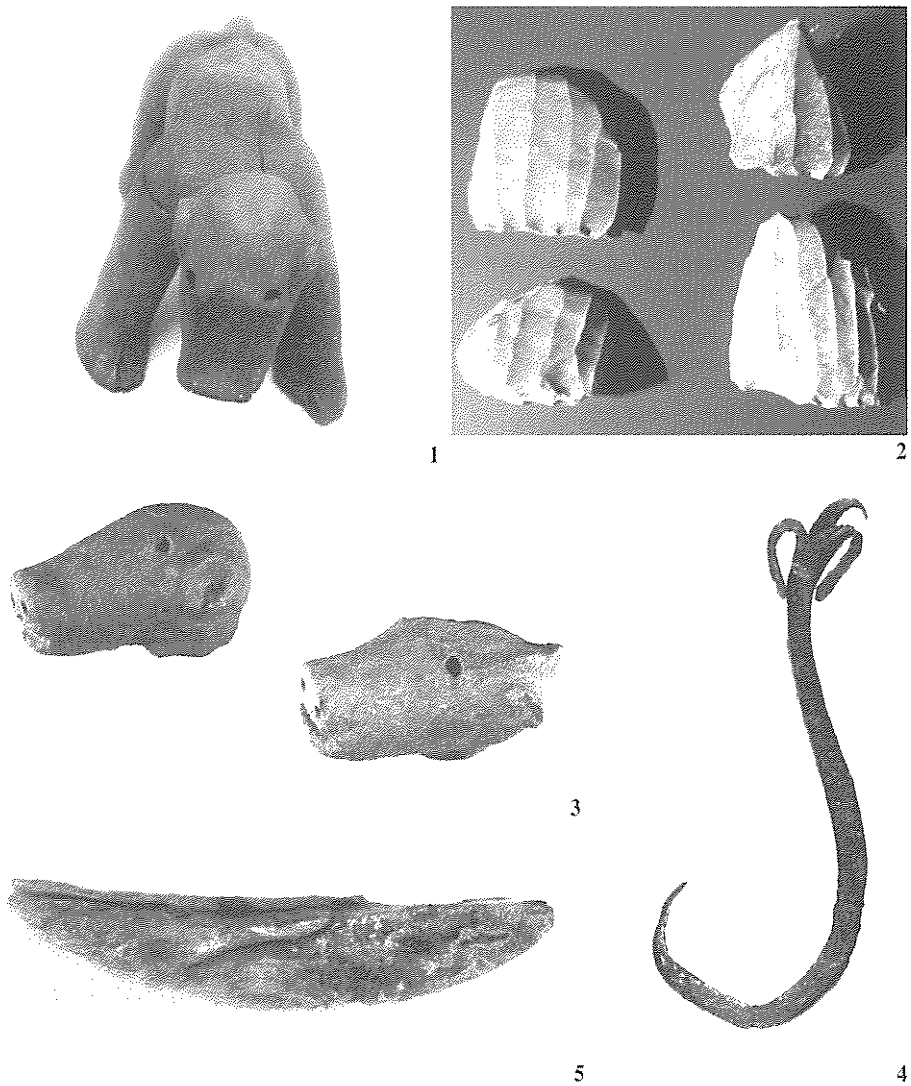


Fig. 9 – Diversas categorias de espólios exumados no povoado pré-histórico de Leceia. **1,3.** Objectos de carácter mágico simbólico: estatueta reconstituída de suídeo (1) e duas cabeças de estatuetas de suídeos, antes do restauro, recolhidas na camada 4 (Neolítico Final); comprimento do exemplar reconstituído, 21,0 cm. **2.** Núcleos de lâminas, tabulares, de sílex cinzento de origem local. Calcolítico Pleno (Camada 2); comprimento de peça maior, 5,2 cm. **4.** Anzol de cobre de duplo empate. Calcolítico Pleno (Camada 2); comprimento, 6,1 cm. **5.** Gume de machado plano de cobre, intencionalmente separado do corpo da peça por serragem. Calcolítico Pleno (Camada 2); largura, 9,0 cm.



Fig. 10 – Visita de jovens ao povoado pré-histórico de Leceia, integrada em programas escolares para os Ensinos Básico e Secundário do Concelho.



Fig. 11 – Visita de grupo de idosos ao povoado pré-histórico de Leceia, integrada em programas ocupacionais de tempos livres organizadas pela Câmara Municipal de Oeiras.